



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17323 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 14 - Sociologia da Educação

**A IMPLEMENTAÇÃO DO TURNO ÚNICO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: PERCEPÇÕES DOS BUROCRATAS**

Rosângela Cristina Rocha Passos Felix - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Helena Ferreira da Silva - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juliana Ferro da Silva - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: REIPPE e UFRJ

### **A IMPLEMENTAÇÃO DO TURNO ÚNICO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: PERCEPÇÕES DOS BUROCRATAS**

O Turno Único - TU é uma política de educação em tempo integral implementada em 2010 na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro por meio da Lei Nº 5.225/2010, que ampliou a carga horária dos alunos de 4 horas para 7 horas diárias. No entanto, o TU não é a primeira política de ampliação do tempo na escola na rede, sendo possível citar outros programas e projetos no mesmo teor, como os CIEPs municipalizados, a adesão ao programa Mais Educação e ao Novo Mais Educação (programa do Governo Federal), e o Escolas do Amanhã (2009), conforme analisado por (XXXXX, 2019).

A partir da análise documental realizada, foi possível perceber que, diferente das experiências anteriores de ampliação do tempo diário na escola, que buscavam atender alunos em situação de vulnerabilidade, ou seja, com cunho compensatório, o desenho da política de TU tem um teor universalista, buscando a ampliação gradual para toda a Rede.

No entanto, na análise documental realizada, não foi possível encontrar com clareza os objetivos da política e a concepção de educação em tempo integral a ser implementada, contribuindo para ambiguidades na interpretação por parte dos

burocratas dos três níveis e na “entrega” da política no chão da escola.

A partir desse cenário, o presente estudo teve como objetivo evidenciar as perspectivas dos gestores escolares e educacionais, a partir do conceito de burocratas de nível de rua- *Street-level bureaucracy* (Lipsky, 2010) e burocratas de alto e médio escalão (Muylaert, 2019), sobre a implementação do Turno Único na rede municipal do Rio de Janeiro.

Este estudo utiliza dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2019 e 2022 para dissertação de mestrado na XXXXXX e teve como instrumentos metodológicos: revisão bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada. De cunho qualitativo tem, como base para a análise de dados, a tematização (Fontoura, 2011).

Dessa forma, consideramos como burocratas de nível de rua (BNR) o professor entrevistado, como burocrata de médio escalão (BME), o diretor, e como burocrata do alto escalão (BAE), o gestor lotado no nível central da SME.

Para conduzir as entrevistas, organizamos os entrevistados em dimensões/sujeitos, e os assuntos a serem tratados constituíram nossos eixos temáticos, conforme apresentado no quadro abaixo.

#### Quadro 1- Eixo temático para análise das entrevistas

| Sujeitos/Dimensões  | Eixos temáticos   |
|---|---|
| Percepções do professor (Burocrata de nível de rua)   | Percepções sobre a Educação Integral e o Tempo Integral.                                  |
|   | Considerações sobre a implementação da política de TU.                                    |
|   | Considerações sobre a concepção de Educação em Tempo Integral inserida na política de TU. |
| Percepções da Equipe de Gestão da Escola (Burocratas de médio escalão)                                    | Percepções sobre a Educação Integral e o Tempo Integral.                                  |
|   | Considerações sobre a implementação da política de TU.                                    |
|   | Considerações sobre a concepção de Educação em Tempo Integral inserida na política de TU. |
| Percepções dos Atores do Órgão Central - SME sobre a política de Turno Único (Burocratas do alto escalão) | Percepções sobre a Educação Integral e o Tempo Integral.                                  |
|   | Considerações sobre a implementação da política de TU.                                    |
|   | Considerações sobre a concepção de Educação em Tempo Integral inserida na política de TU. |

Fonte: Elaboração dos autores

Os resultados das entrevistas semiestruturadas ratificam o que foi apontado pela análise documental, no que tange as ambiguidades na interpretação dos objetivos e concepção de educação em tempo integral por parte dos burocratas. Com base nas respostas e na análise categórica, montamos o quadro 2:

Quadro 2- Quadro de análise categórica de respostas dos burocratas

| Educação Integral  | Assistencialista/<br>Compensatória   | Proteção Social  |
|--|--|--|
| <p>O Turno Único teve e tem esse olhar. Atender o homem em sua totalidade. Não só na questão acadêmica, não só na questão de a mãe precisar trabalhar e deixar ele na escola mais tempo. O Turno Único, ele veio para garantir uma aprendizagem e para não replicar vícios que nós tínhamos antes (SME).</p> | <p>A educação de tempo integral eu acho que ela resolve um problema social, né? Não só... não é a questão de: “Ah, eu vou melhorar o...”, opinião minha, “Vou melhorar os conteúdos”. Porque a gente tem uma ideia muito de conteudista, “Vou aumentar a carga horária de matemática porque ele vai se tornar um bom matemático”. Tem que ver o lado social da escola, a escola também é uma instituição social, que ela não pode fugir desse plano da comunidade onde vive (Diretor).</p> | <p>São muito carentes, ass e eu acabo achando e coisa da carga horária, não gosto disso terminar 14h30, assim. acho que pelo menos tir que ir até 17h30. l horário, assim, de um que trabalha... (Professor)</p> |
| <p>A escola de horário integral permite a esse aluno permanecer mais tempo dentro dessa escola e aí acaba dando mais oportunidades que eles adquirem outros comportamentos e ele conheça outras realidades, outras formas de lidar [...] (Diretor)</p>   | <p>Eles vêm muito em função da alimentação, isso ajuda muito. A gente tem aluno que some o dia inteiro, mas na hora do lanche ele está certinho na fila, na hora do almoço ele vem certinho (Diretor 2).</p>   |  |
|  | <p>Para muitos alunos, a única refeição que eles têm é a da escola, a gente vê isso também. Para muitos deles, eles chegam famintos, eles almoçam e repetem o prato do almoço e à tarde, eles levam o lanche e aqui a gente não tem miséria. Aqui as merendeiras dão mesmo, assim, né? A fruta do dia, sobrou fruta, eles saem carregados de laranja, de maçãs, a gente evita o desperdício. Se é o dia, então entrega para eles e eles realmente precisam daquilo (Professor).</p>        |  |

Fonte: Elaboração dos autores

A partir do exposto, percebemos que tanto a análise documental, como as entrevistas semiestruturadas, apontam para o mesmo resultado: a ambiguidade

presente na política de Turno Único contribuiu para diferentes interpretações, de acordo com o nível de hierarquia que cada ator ocupa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. De acordo com os estudos de Lipsky (2010), essa ambiguidade pode contribuir para a discricionariedade dos burocratas de nível de rua na entrega da política pública aos recebedores. No entanto, consideramos que nesse contexto, documentos norteadores, e um diálogo entre os atores que compõem os diferentes níveis seriam importantes para fortalecer o Turno Único e contribuir para o alcance dos objetivos.

**Palavras-chave:** Turno Único, Implementação de Políticas Públicas, Burocracia, Tempo Integral, Educação Integral.

### **Referências Bibliográficas**

COELHO, Ligia Marta. Histórias da educação integral. Em: Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 11-32, 2013.

FONTOURA, Helena Amaral. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: Formação de professores e diversidades culturais: Múltiplos olhares em pesquisa Niterói, RJ: Intertexto, 2011. p. 61-82.

LIPSKY, Michael. Street level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1980.

MUYLAERT, N. L. Diretores escolares: burocratas de nível de rua ou médio escalão? Rio de Janeiro. Revista Contemporânea de Educação; v. 14, n. 31 (2019).

RIO DE JANEIRO (cidade). Lei n. 5.550, de 10 de janeiro de 2013. Altera a Lei no 5.215, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2013a.

RIO DE JANEIRO (cidade). Lei n. 5225, de 05 de novembro de 2010. Dispõe sobre a implantação de turno único no ensino público nas escolas da rede pública municipal. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2010.